

A NECESSIDADE DO DIÁLOGO PARA O RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

THE NEED FOR DIALOGUE FOR RETURN TO PRESENTIAL LESSONS

Arthur Vieira Duran¹

RESUMO

O presente artigo é fruto da inquietude sobre o retorno as aulas presenciais durante o período da pandemia de Covid-19. As limitações causadas pelas desigualdades do acesso à internet no Brasil proporcionaram grandes dificuldades aos estudos durante a pandemia. Diante da necessidade de minimizar consequências negativas da educação a distância e do isolamento social, o Ministério da Educação e a Fiocruz produziram orientações para o retorno às aulas presenciais. Considerando o atual contexto educacional, o objetivo central do artigo é propor o diálogo para mitigar todos os riscos do retorno às aulas e as sequelas das restrições sociais. Em outras palavras, para os melhores rumos da educação, elucidar os medos de todos os envolvidos e, claro, a conscientização dos riscos da propagação do vírus é preciso nortear-se a partir dos princípios dialógicos de Paulo Freire.

Palavras-chaves: Pandemia Covid-19. Aula presencial. Educação. Diálogo. Paulo Freire.

ABSTRACT

This article is the result of concerns about returning to face-to-face classes during the Covid-19 pandemic period. The limitations caused by inequalities in internet access in Brazil have made studies difficult during the pandemic. In view of the need to minimize negative consequences of distance education and social isolation, the Ministry of Education and Fiocruz produced guidelines for returning to face-to-face classes. Considering the current educational context, the main objective of the article is to propose a dialogue to mitigate all the risks of returning to school and the consequences of social restrictions. In other words, for the best directions in education, to clarify the fears of everyone involved, and of course the awareness of the risks of the virus spreading, it is necessary to be guided by Paulo Freire's dialogical principles.

Keywords: Covid-19 Pandemic. Classroom lesson. Education. Dialogue. Paulo Freire

¹ Bacharel e Licenciado em Geografia e Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19 iniciada em 2020 tornou-se um grande desafio para todos. A população mundial foi impactada com uma nova rotina, isolamentos sociais e os medos de contaminação e propagação do vírus. Orientações como a higienização constante das mãos, o uso de máscaras, o distanciamento social e quarentena são algumas das novas medidas para evitarmos as transmissões e o colapso dos sistemas de saúde. Entre essas restrições está o afastamento presencial, em especial na educação, onde as redes de ensino foram obrigadas a se adaptarem à nova realidade para a continuidade dos estudos, ou seja, a educação a distância.

Essa imensa desigualdade no acesso à internet adquire novos contornos diante da pandemia de Covid-19 pois, **em razão do isolamento social recomendado pelas autoridades sanitárias, os sistemas de ensino passaram a adotar a educação a distância, que, da forma como foi implantada, tem se revelado como mais um indicativo da desigualdade social** que sempre caracterizou a educação brasileira (SOUZA; GUIMARÃES, 2020, p. 285, Grifos nossos)

Nesse sentido, antes da pandemia havia desigualdades no acesso à internet, como indica a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a qual aponta que, em 2016, 21.247 mil domicílios do Brasil não havia a utilização da Internet, sendo que 34,8% descrevem a falta de interesse em acessar, 29,6% o serviço de acesso à Internet era caro, 20,7% nenhum morador sabia usar a Internet, 8,1% o serviço de acesso à Internet não estava disponível na área do domicílio e 3,5% descreveram que o equipamento eletrônico necessário para acessar a Internet era caro. (PNAD, 2016, p. 6).

Os dados da pesquisa apresentam a dificuldade do acesso à internet antes do início da pandemia de Covid-19, ou seja, anteriormente ao agravamento do quadro socioeconômico do Brasil. “Num contexto de paralisação das atividades produtivas, os trabalhadores informais perderam o sustento, e muitas empresas já começaram a demitir os empregados com carteira assinada” (COSTA, 2020, p. 975). Esses fatores não podem ser desconsiderados e afetam a educação de crianças e adolescentes durante a pandemia, explicitando desigualdades e proporcionando graves dificuldades educacionais.

Diante desse cenário, o Ministério da Educação e a Fiocruz lançaram cartilhas com protocolos que orientam o possível retorno às aulas presenciais. As orientações são norteadas por índices de transmissão e de acordo com cada região do Brasil. Considerando as desigualdades do acesso à internet, as dificuldades dos professores e alunos em seus estudos e as preocupações de toda a comunidade escolar sobre o retorno das atividades presenciais, o

objetivo do artigo é contribuir para o diálogo como premissa para as tomadas de decisões e o retorno gradual e seguro das aulas presenciais.

É essa perspectiva que deu sentido à realização deste trabalho, pois a pandemia trouxe dificuldades de estudos para muitos alunos devido à falta de internet. Outros fatores negativos decorrentes dos isolamentos sociais e os medos que a pandemia fomenta impactam na vida dos educandos, sendo necessário o diálogo para suas atenuações.

Para minimizar os problemas inerentes ao estudo, optou-se por adotar procedimentos metodológicos que possibilitassem a coleta de referências bibliográficas, que permitissem a checagem das informações e construir um aporte metodológico. É imprescindível salientar que, inicialmente, apresentaremos o contraste no uso da internet no Brasil, apresentando a pesquisa da TIC Kids Online Brasil (2019) expondo as dificuldades do ensino a distância durante a pandemia. Posteriormente, as instruções sobre o retorno às atividades presenciais serão detalhadas e, por fim, e não menos importante, será apresentada a necessidade do diálogo como importante ferramenta para as decisões, para equacionar dúvidas e medos sobre o retorno às aulas nas escolas.

1 AS DIFICULDADES DO ENSINO À DISTÂNCIA: o uso desigual da internet no Brasil

A insegurança do período pandêmico trouxe múltiplas alterações em nossas vidas, como os novos modos de nos relacionarmos, novas maneiras de lazer e entretenimento, e, em especial, as mudanças de como estudamos. As medidas restritivas do convívio social devido ao avanço da pandemia da Covid-19 acarretaram o uso de novas ferramentas de estudo, ou seja, utilizando as tecnologias como mecanismo de continuidade dos estudos, sejam as aulas síncronas ou assíncronas, definidas de acordo com a realidade escolar de cada rede de ensino.

A educação impedida das atividades presenciais necessitou se ressignificar, a educação a distância tornou-se importante recurso. As redes escolares planejaram estratégias que minimizaram os impactos por meio de plataformas *on-line*, videoaulas, conteúdos digitais e possibilidade da interação entre educadores e educandos, ou seja, uma adaptação à nova realidade. (PEREIRA; BARROS, 2020, p. 1)

Neste momento, diversas medidas de isolamento social foram instituídas. **O fechamento das escolas, universidades, clubes, praças, parques e locais de atividade física enclausurou adultos e crianças. Mesmo mantidos os serviços essenciais, as crianças e os adolescentes foram afastados do convívio social e forçados ao isolamento.** Tais medidas se deram, em grande parte, devido a experiências anteriores aos surtos do vírus da Influenza, e se fazem necessárias para

a diminuição da transmissibilidade – visto que o papel da criança e do adolescente ainda é pouco conhecido. Assim, os casos relatados em pediatria são derivados em sua grande maioria dos contatos com adultos infectados.” (FIOCUZ, 2020, p. 7, Grifos nossos)

Diante desse cenário de incertezas e limitações, a educação teve que buscar alternativas para a continuidade do processo ensino-aprendizagem, “[...] o uso das tecnologias e as aulas remotas emergiram como alternativas para dar seguimento às atividades escolares” (BRASIL, 2020, p. 2). Nesse momento, houve a necessidade cada vez maior do uso da internet e de ferramentas que nos garantissem a comunicação.

Nesse contexto, as práticas cotidianas foram facilitadas pelo uso da internet, como as reuniões, aulas, atividades de lazer e comunicação. Todavia, a pandemia explicitou graves desigualdades nos acessos às tecnologias, uma vez que parte da população não tem acesso à internet e oportunidade de comunicação e estudo (TIC Kids Online Brasil, 2019, p. 63).

A pandemia serviu para ratificar e ampliar a desigualdade de acesso às tecnologias de informação. A falsidade de que habitamos um mundo interconectado, em que a comunicação é fácil e rápida para todos foi apresentada. A desigualdade de renda, informação e comunicação são indícios do contraste da nossa sociedade, ou seja, as diferenças entre as classes sociais se potencializaram no período pandêmico. (IRELAND, 2020, p. 434)

De acordo com os dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil, de 2019, a população brasileira entre 9 e 17 anos representava 89% usuária de internet, porém esse avanço considerável dos últimos anos é marcado por diferenças sociais, econômicas e regionais. “As proporções de usuários da rede foram menores nas áreas rurais (75%) e nas regiões Norte (79%) e Nordeste (79%), bem como nas classes D e E (80%).” (TIC Kids Online Brasil, 2019, p. 63). Apesar dos avanços de acessibilidade no Brasil entre as crianças e adolescentes, a internet ainda é tema de desigualdade entre a população. Muitos estudantes de zonas rurais, de regiões específicas do Brasil e classes sociais desfavorecidas não são usuários de internet, limitando os estudos durante a pandemia.

De acordo com TIC Kids Online Brasil (2019):

Em números absolutos, 3 milhões de crianças e adolescentes não haviam acessado a Internet nos três meses anteriores à realização da pesquisa. Além disso, 4,8 milhões de pessoas na faixa etária investigada viviam em domicílios sem acesso à Internet, o que corresponde a 18% da população de 9 a 17 anos. Entre aqueles que residiam em domicílios sem acesso à rede, 2,9 milhões viviam em áreas urbanas e 1,8 milhões em áreas rurais. (TIC Kids Online Brasil, 2019, p. 63, Grifos nossos)

A incapacidade de lidar com a crise social e educacional é evidenciada pelos números, o que representa a dificuldade de acesso à internet, já que crianças e adolescentes necessitam dessa ferramenta para os estudos. “[...] Os alunos observam uma situação crítica, o que lhes provoca desestímulo e falta de perspectiva em relação às suas vidas e ao futuro. Isso tudo, acaba por desencadear elevados índices de repetência e evasão escolar.” (PEREIRA; BARROS, 2020, p. 4). Temos, portanto, o resultado da falta de internet afetando o cumprimento das atividades, as explicações, dúvidas e até favorecendo o desânimo nos estudos.

Podemos inferir que as dificuldades encontradas pelas crianças e adolescentes para a continuidade dos estudos é um fator prejudicial a ser destacado durante as restrições sociais. Os números apresentam desigualdade no acesso a tecnologias, que, conseqüentemente, afeta o desenvolvimento de muitos educandos. As adversidades que limitam o contato com os educadores desestimulam os estudos, podendo ocasionar a evasão escolar.

Outros fatores preponderantes são as “[...] alterações na rotina de diária marcadas pela permanência nos ambientes domésticos com suspensão de visitas a espaços físicos como escolas, creches, casa de familiares e amigos, atividade de lazer e de exercício físico é um fator de risco para a saúde mental e física [...].”(MATA *et al.*, 2020, p. 8). Dessa forma, o acesso à internet não é o único empecilho durante a pandemia, as limitações sociais são fatores que dificultam a aprendizagem e aumentam os riscos à saúde mental e física dos alunos.

Até o momento, inquéritos populacionais vêm corroborando a importante premissa que embora menos susceptíveis às formas clínicas graves da COVID-19, crianças e adolescentes não são indiferentes ao seu impacto, quando considerada a dimensão mental (WANG *et al.*, 2020). A partir de questionários online respondidos por pais numa amostra de 320 crianças e adolescentes (três a 18 anos), Jiao *et al* (2020), **identificaram a presença dos seguintes sintomas e condições: dependência excessiva dos pais (36%), desatenção (32%), irritabilidade (31%), preocupação (29%), pedidos constantes de atualização (28%), medo de adoecimento de familiares (21%), problemas de sono (21%), hiporexia (18%), pesadelos (14%), desconforto e agitação (13%)**. Ainda que a triagem não tenha permitido uma formatação diagnóstica, os autores puderam avaliar uma maior gravidade nos sintomas de dependência, desatenção e irritabilidade (FIOCUZ, 2020, p. 22, Grifos nossos)

As conseqüências negativas para os educandos são diversas e os sentimentos de incerteza nesse contexto podem implicar sérios riscos ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. A educação que deveria ser assistida com recursos de qualidade e tecnologia para educadores e educandos não foi devidamente contemplada para todos. Em outras palavras, os recursos tecnológicos não foram oferecidos para os menos favorecidos, criando um acesso excludente para muitos alunos.

É importante ressaltar que a pesquisa não objetiva explicitar os riscos à saúde. Entretanto, os problemas de humor, estresse, depressão, ansiedade, talvez, o luto da perda de pessoas próximas, a falta de acesso à internet e a desmotivação com os estudos podem desencadear repetências e evasões escolares (PEREIRA; BARROS, 2020, p. 4)

É importante salientar que a volta às aulas deve ser seguida por protocolos de segurança, em que toda a comunidade escolar esteja preparada para receber os alunos, para ensiná-los e protegê-los da contaminação. Todavia, há o receio para o retorno das aulas presenciais. Dessa forma, o medo, a ansiedade e as limitações que a pandemia causou e vem causando devem ser administrados com diálogo, para que todos possam criar um ambiente seguro.

A comunicação familiar apresenta efeito de amenizador dos medos e das inseguranças que podem as crianças estar sofrendo, ou seja, é necessário que os pais e os cuidadores também se conscientizem e saibam entender que esse é um processo delicado e novo para esse século, tornando-se **importante a abertura de fala para que as crianças possam externar seus sentimentos**. Fica evidente no estudo **a necessidade de que a equipe de saúde mental, os pediatras, a equipe de saúde multiprofissional sejam capacitados para conseguirem atender as demandas na busca da redução de danos as crianças** (MATA *et al.*, 2020, p. 11, Grifos nossos).

Portanto, a capacitação e a conscientização de todos os envolvidos no atendimento às crianças e adolescentes tornaram-se imprescindíveis, em especial aos educadores que, no retorno às escolas, terão papel fundamental. A mitigação dos danos pedagógicos e sociais é um processo que requer diálogo entre todos para solucionar as preocupações e dúvidas sobre o retorno às atividades escolares presenciais.

2 A POSSIBILIDADE DO RETORNO AS AULAS: o Guia do Retorno das Atividades Presenciais na Educação Básica

As condições de vulnerabilidade que crianças e adolescentes vivem durante a pandemia são diversos, em especial o acesso à internet que foi restrito para muitos educandos, prejudicando substancialmente o desenvolvimento intelectual, social e emocional. Assim, apesar da disponibilização de internet desigual, esperamos que os investimentos sejam eficientes para a educação, sendo prioritárias as políticas públicas que favoreçam as ferramentas educacionais e/ou o retorno presencial das aulas. Dessa forma, ressaltando que o retorno às aulas deve acontecer de maneira segura para todos os envolvidos na educação.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura o desenvolvimento em condições de dignidade para todas as crianças e adolescentes:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, **assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade** (BRASIL,1990, Grifos nossos).

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os direitos relacionados às crianças e adolescentes devem ser garantidos com prioridade para a efetivação de direitos como a vida, a saúde e a educação. Assim, o desenvolvimento sistêmico está endossado por lei para que a família, a comunidade, a sociedade em geral e o poder público possam proteger os direitos de todos os educandos (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, o Ministério da Educação lançou um guia de instruções para o retorno das aulas presenciais para que o retorno seja gradual e, principalmente, ocorra com segurança sanitária, que propicie um ambiente saudável e com menores riscos para a comunidade escolar. E ressalta que todas as recomendações estão sujeitas aos regramentos dos estados e municípios (BRASIL, 2020, p. 4).

Concomitantemente, a Fiocruz (2020) também organizou orientações para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia de Covid-19. A reabertura de todas as atividades em picos epidêmicos ou em locais com pouco tempo de melhora dos números de casos pode prejudicar as medidas de restrição contra a disseminação do vírus (FIOCUZ, 2020, p. 6).

As orientações sobre as condições necessárias foram norteadas por medidas de proteção e prevenção da OMS, UNESCO e UNICEF, considerando as fases de transmissão da Covid-19.

Optou-se por apresentar as fases ou períodos de implementação dos protocolos de volta às aulas sugeridas pela OMS, que considera **os níveis de intensidade da transmissão da Covid-19, e associou-se uma cor a cada uma delas para facilitar a compreensão: nenhum caso (azul), transmissão esporádica (verde), transmissão em grupos específicos (amarela) e transmissão comunitária (vermelha)** (BRASIL, 2020, p .4, Grifos nossos).

As medidas iniciais são baseadas na intensidade da transmissão e hierarquizadas por cores, assim, caso esteja em condições para o retorno presencial, as medidas sanitárias no âmbito escolar são:

As medidas sociais em saúde são, então, desdobradas em: medidas gerais independentes da fase da Covid-19 em que se encontra a região; recomendações sobre **medidas de segurança sanitária que deverão fazer parte do Plano de Retorno das atividades escolares presenciais; os cuidados com o transporte escolar, com as áreas comuns, com o uso da biblioteca, com o uso de equipamentos de proteção individual e de proteção coletiva e com a ventilação dos ambientes; as medidas mais adequadas dentro das salas de aula** de acordo com a cor da fase em que se encontra a região e as estratégias a serem adotadas para garantir o distanciamento físico entre grupos; além de serem pontuados os registros da OMS e do UNICEF para o uso de máscaras (BRASIL, 2020, p. 4, Grifos nossos).

Apesar de as medidas para o retorno das atividades escolares presenciais levarem em consideração os diferentes cenários epidemiológicos, a decisão da reabertura das escolas deve ser discutida e analisada por cada ente federado. As decisões devem ser tomadas considerando a saúde pública, observando os benefícios e riscos para a comunidade escolar. Dessa forma, todos os trabalhadores e profissionais da educação devem ser ouvidos, promovendo debates sobre as evidências da pandemia (FIOCRUZ, 2020, p. 33).

Nesse momento de pandemia, a escola necessita dos conhecimentos das outras áreas de estudo para organizar o bem-estar dos educadores e educandos, ou seja, adequando-se às novas exigências que a pandemia impôs, sendo preciso a formulação e regulamentação de estratégias que favoreçam o diálogo entre vários setores responsáveis para um retorno gradual e seguro (CRUZ *et al.* 2021, p. 149).

As diferentes realidades das escolas brasileiras requerem uma análise específica de cada região, onde cada escola está localizada, os níveis de transmissão e suas realidades financeiras. A adaptação a essa nova rotina está muito além de apenas cartilhas informativas, mas o diálogo entre todos os envolvidos é importante para elucidar todos os medos do retorno às aulas.

As ações devem conscientizar toda a comunidade escolar sobre as medidas de higiene e segurança. “[...] a capacitação seja iniciada pelas equipes responsáveis pela limpeza, manutenção, alimentação, transporte e de atendimento ao público, a fim de garantir a correta higiene do espaço escolar antes do início das atividades presenciais” (BRASIL, 2020, p. 10). Assim, a capacitação das medidas sanitárias e o fornecimento de equipamentos de proteção individuais para todos os profissionais são imprescindíveis para a segurança de todos os educadores e educandos.

É importante ressaltarmos que a reabertura, de forma participativa, deve ser considerada com os mesmos critérios para novos fechamentos, em outras palavras, é preciso a participação da comunidade escolar e dos níveis de indicadores EPIDEMIOLÓGICOS nos possíveis fechamentos e (re)aberturas das escolas. Caso ocorram os avanços da pandemia, a cada

reabertura é importante o acolhimento aos pais/responsáveis e alunos, havendo um processo de apoio e segurança para o recomeço das aulas (FIOCRUZ, 2020, p. 76).

De acordo com as orientações da FIOCRUZ:

Sendo gradual, esse processo visa também um melhor acolhimento de todos: crianças, pais e profissionais, no sentido de se poder falar dos medos e das experiências durante o distanciamento, construindo sentido a tudo o que for vivido. **Crianças e jovens geralmente se sentem aliviados se conseguem expressar e comunicar seus sentimentos perturbadores em um ambiente de apoio e segurança. É essencial acolher e conversar sobre a pandemia, sobre sentimentos que persistem, como tristeza e o medo da morte.** Alguns podem desenvolver estresse pós-traumático e necessitarão cuidados profissionais (IASC, 2015. Brooks *et al.*, *apud* FIOCRUZ, 2020, p. 39, Grifos nossos).

Paulatinamente, o processo de retorno às aulas deve ser norteado para que educadores e educandos criem um ambiente de segurança, não apenas sanitário, mas de trocas de experiências e sentimentos. Aqui reside a importância do diálogo para o fortalecimento dos vínculos, para que possam juntos superar os medos, as tristezas e todas as dificuldades que a pandemia estabeleceu. Outros diálogos tornam-se importantes, principalmente entre a comunidade escolar e a administração pública, garantindo o fortalecimento de políticas públicas. As escolas são instituições importantes na ajuda da população, na vida e saúde dos alunos e suas famílias, na missão de promover o desenvolvimento educacional.

3 A NECESSIDADE DO DIÁLOGO PARA O RETORNO ÀS AULAS

O retorno às aulas requer o diálogo entre vários setores para mitigarem os riscos de contaminação, devendo ser apresentados todos os protocolos de segurança e medidas para a volta das atividades presenciais. Esses diálogos devem ser promovidos por todos os envolvidos, de forma que cada profissional tenha a oportunidade de expor suas preocupações e os melhores rumos para a educação.

A volta às aulas presenciais não deve ser promovida autoritariamente pelos governantes, “de cima para baixo”, e sim com debates que enriqueçam o bojo das medidas protetivas e as atenções aos educandos. Isto posto, o diálogo é condição elementar para as tomadas de decisões sobre a educação no período de pandemia.

Dessa forma, quando incitamos o diálogo, conseqüentemente apresentamos a possibilidade de liberdade, de democracia, a descentralização das decisões e o estímulo à coletividade. Ao abordarmos o diálogo na educação, torna-se indissociável explicitarmos os

pensamentos do grande mestre Paulo Freire, que baseou a conscientização dos educandos por meio do diálogo.

O diálogo é intrínseco à condição humana, em outras palavras, comunicar-se é uma necessidade dos seres humanos e fundamental à sua sobrevivência. Para Paulo Freire, o diálogo é o ponto central do processo ensino-aprendizagem, no qual docentes e discentes são atuantes e igualmente importantes neste processo. Por meio da dialogicidade, ocorre a conscientização dos educandos, pois ensinar não pode ser apenas um processo de transmissão de conhecimentos, em que o aluno apenas recebe os ensinamentos que o professor deposita, o que Paulo Freire denominou e criticou como “educação bancária” (AMBROSIO, 2013, p. 1072).

Nesse momento de restrições sociais e as consequentes sequelas causadas pela pandemia, o diálogo deve ser uma das “medicações” para ajudar a toda a sociedade, em especial educadores e educandos. Mas o diálogo deve ser proporcionado para além dos muros da escola, onde profissionais da educação, da saúde, pais ou responsáveis, enfim, toda a comunidade escolar promova debates para conscientizar sobre as medidas sanitárias no âmbito escolar.

Assim, é preciso que a educação possibilite a medicina preventiva, ou seja, evitar o desenvolvimento da pandemia, reduzindo os impactos das enfermidades e promovendo a melhoria da qualidade de vida.

De acordo com Lopes (2018), **“a educação de adultos constitui uma ferramenta fundamental para promover a saúde e consolidar um novo paradigma que reforce a atenção sanitária mediante a gestão do conhecimento”**. A medicina preventiva é, em grande parte, um processo educativo em que **as pessoas aprendem a tomar responsabilidade para a sua própria saúde**. Em média, na divisão dos orçamentos nacionais para saúde, a medicina curativa recebe em torno de 98% dos recursos, reservando os restantes 2% para a medicina preventiva que consiste em geral de campanhas de massa de vacinação (LOPES *apud* IRELAND 2020, p. 436, Grifos nossos).

Nesse sentido, o diálogo é essencial para auxiliar sobre as dúvidas e INQUIETAÇÕES, NÃO APENAS SOBRE OS TEMAS DOS COMPONENTES CURRICULARES, MAS TAMBÉM sobre os conhecimentos em relação à pandemia. “Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo.” (FREIRE, 1996, p. 26). Dessa maneira, é importante que os educadores se tornem críticos e se distanciem dos papéis memorizadores que credenciam os educandos à estagnação.

Nas palavras de Freire (2011, p. 28):

A palavra viva é diálogo existencial. Expressa e elabora o mundo, em comunicação e colaboração. **O diálogo autêntico- reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro- é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum.** Não há consciências vazias; por isto os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo (Freire, 2011, p. 28, Grifos nossos).

O diálogo promovido no reconhecimento de ambos, na valorização como seres históricos e capazes de conscientização, permite um novo ambiente, onde educadores e educandos promovem um diálogo que colabora para os benefícios sociais e pedagógicos.

O diálogo para a educação deve ser sinônimo de empatia, amor, respeito às diferenças e às experiências, principalmente durante a pandemia. O ensino deve se adaptar a essa nova demanda, ou seja, às pessoas, em especial aos alunos, que necessitam restabelecer seus vínculos e perceber na escola um ambiente de apoio.

É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar a ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. **Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender.** Quem ensina ensina alguma coisa a alguém (FREIRE, 1996, p. 23, Grifos nossos).

Dessa maneira, essa concepção de educação está proporcionando aos alunos o acolhimento, proporcionando-lhes a fala e a possibilidade de juntos superar os efeitos negativos da pandemia. “A prática da liberdade só encontrará adequada expressão numa pedagogia em que o oprimido tenha condições de, reflexivamente, descobrir-se e conquistar-se como sujeito de sua própria destinação histórica” (FREIRE, 2011, p.11). Por isso, a concepção autoritária e antidialógica deve ser negada, os educadores necessitam repensar suas práticas e promover a construção conjunta de saberes.

No modelo denominado “educação bancária”, a relação entre professor e aluno é norteada pela transmissão do conhecimento, o professor é o detentor de todo o conhecimento e o aluno é apenas o receptor de informações. Esse modelo vigorando nas maiorias das relações educacionais é construído pelo autoritarismo, na negação do diálogo e da curiosidade do aluno (DURAN, 2018, p. 62 e 63).

Pelo exposto tem-se o que cabe e é dever dos educadores e, por consequência, a do(s) educando(s). Então, aos primeiros compete: educar, saber, pensar, dizer, disciplinar, prescrever e aplicar o que foi por ele prescrito, atuar, escolher o conteúdo

programático, identificar sua autoridade do saber com sua autoridade funcional, ser o sujeito do processo ensino-aprendizagem. O educando, situado do outro lado, reconhecido por sua falta de conhecimento, deve ser educado, assimilar o saber que lhe é transmitido, aceitar ser pensado pelo educador que pensa, escutar docilmente a(s) palavra(s) que é(são) dita(s), disciplinados, seguir a prescrição, ter a ilusão de que atua, se acomodar ao conteúdo programático escolhido pelo educador, adaptar-se as determinações do educador ou, seja, se portarem, como são concebidos, ou seja, como meros objetos (DURAN, 2018, p. 65).

Por fim, reside a necessidade de os educadores repensarem suas práticas, assumindo posturas cuidadosas para que não ocorra a desumanização dos sujeitos. Assim, a autocrítica deve ser um exercício constante no compromisso ético com a educação libertária, ressaltando que o papel do professor deve ser de um facilitador da construção do conhecimento, estando aberto a uma construção dialética, à valorização dos conhecimentos prévios e à transformação da educação em um ambiente acolhedor e criativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No bojo das discussões sobre a desigualdade no acesso à internet foi possível perceber que a continuidade dos estudos durante a pandemia da Covid-19 ficou restrito, pois uma parcela da população não foi contemplada com a oportunidade do estudo adequado. No atual contexto, reconhecemos a necessidade da internet para comunicarmos e superarmos os novos desafios.

Todavia, as discussões sobre o vírus e suas implicações devem ser tratadas como assuntos essenciais para o retorno gradual e seguro às aulas presenciais. O direito à educação está atrelado ao direito à saúde, os níveis de indicadores de transmissão e a opinião da comunidade escolar devem ser requisitos para volta às aulas. Diante da realidade, das dificuldades dos educandos, consideramos que o diálogo norteado pela educação libertadora de Paulo Freire contribui para o alcance dos objetivos, pois acreditamos que a educação é importante caminho para uma sociedade pensante e consciente.

É importante ressaltar que não queremos coagir para o retorno das aulas, pelo contrário, buscamos o diálogo para minimizar os impactos sociais e pedagógicos da pandemia, devendo ser reduzidas as dimensões políticas e partidárias. Portanto, espero contribuir para a aproximação de segmentos da sociedade e, principalmente, na comunicação de todos os envolvidos para a volta às aulas de maneira segura.

REFERÊNCIAS

- AMBROSIO, Ana Cristina da Silva. O diálogo em Paulo Freire: contribuições para o ensino de matemática em classes de recuperação intensiva. *Revista: Colloquium Humanarum*. Presidente Prudente, v. 10, n. especial, p. 1072-1077, jul./dez. 2013.
- BRASIL. *Guia de implementação de protocolos de retorno das atividades presenciais nas escolas de educação básica*. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/ptbr/assuntos/GuiaDeretornodasAtividadesPresenciaisnaEducaoBsica.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm. Acesso em: 16 jan. 2021.
- COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro, v. 54, n.4, p. 969-978, ago. 2020.
- CRUZ, Silvia Helena Vieira; MARTINS, Cristiane Amorim; CRUZ, Rosimeire Costa de Andrade. A educação infantil e demandas postas pela pandemia: intersectorialidade, identidade e condições para o retorno às atividades presenciais. *Revista Zero a Seis*, Florianópolis, v. 23, n. especial, p. 147-174, jan. 2021. Universidade Federal de Santa Catarina.
- DURAN, Arthur. *Uma proposta de intervenção junto a moradores em situação de rua: uma nova visão social e ambiental*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Ensino de Ciências e Matemática. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- FIOCRUZ. *Contribuições para o retorno às atividades escolares presenciais no contexto da pandemia Covid-19*. Disponível em: http://www.iff.fiocruz.br/pdf/documento_retorno_escolar_setembro_de_2020.pdf. Acesso em: 12 mar. 2021
- FIOCRUZ. *Covid-19 e saúde da criança e do adolescente*. Disponível em: http://www.iff.fiocruz.br/pdf/covid19_saude_crianca_adolescente.pdf. Acesso em: 10 mar. 2021
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. Ed. Paz e Terra. São Paulo. 1996.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- IRELAND, TIMOTHY DENIS. Mesmo em tempos de COVID-19, não dá para lavar as mãos de Paulo Freire. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 29, p. 427-441, maio/ago. 2020.
- MATA, Ingrid Ribeiro Soares da; DIAS, Letícia Silva Carvalho; SALDANHA, Celso Taques; PICANÇO, Marilucia Rocha de Almeida. As implicações da pandemia da Covid-19 na saúde mental e no comportamento das crianças. *Revista: Residência Pediátrica*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 1-5, jun./jul. 2020.

PEREIRA, Marcio Donizeti; BARROS, Edjane Ângelo de. A educação e a escola em tempos de Corona Vírus. *Scientia Vitae*, São Roque, v. 9, n. 28, p.1-7, abr./jun. 2020.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua, 2016. *Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2016*. IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2021.

SOUZA, Marcelo Nogueira de, GUIMARÃES, Lislaine Mara da Silva. Vulnerabilidade social e exclusão digital em tempos de pandemia: uma análise da desigualdade de acesso à internet na periferia de Curitiba. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, v. 6, n. especial II, p. 284-302, jun./out. 2020.

TIC KIDS ONLINE BRASIL, 2019. Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI.br. *Pesquisa Sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros*. São Paulo: CGI.br, 2019. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093344/tic_kids_online_2019_livro_e_letronico.pdf. Acesso em: 15 abril. 2021.